



AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CORONEL BARROS, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar Federal nº 123/06, além das demais disposições legais aplicáveis, inclusive a regulamentação municipal e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

PREGÃO
ELETRÔNICO

7/2026

PROCESSO

408/2026

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR NOVAS PARA PNEUS, RODAS PARA CAMINHÕES, ANÉIS DE VEDAÇÃO E PROTETORES PARA PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

DATA DO PREGÃO

Sexta-Feira, 10 de abril de 2026.

HORÁRIO

09:00

LOCAL

As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço:
www.portaldecompraspublicas.com.br

Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação no Setor de Compras e Licitações do Município, localizado na Travessa 20 de Março, nº 001, Centro, Coronel Barros/RS, CEP 98735-000, de segunda a sexta-feira, das 8h00min às 12h00min e 13h30min às 17h30min, pelo telefone (55) 3333-9115 e nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.coronelbarros.rs.gov.br, no link "Licitações – Pregão Eletrônico".

Coronel Barros/RS, 24 de março de 2026.

BRÁULIO SCHERER
Prefeito

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



MUNICÍPIO DE

Coronel Barros

Pregão Eletrônico 7/2026 - Processo 408/2026

Abertura na Sexta-Feira, 10 de abril de 2026, às 09:00

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2026 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR NOVAS PARA PNEUS, RODAS PARA CAMINHÕES, ANÉIS DE VEDAÇÃO E PROTETORES PARA PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Abertura das Propostas: 10/04/26 às 09:00. Informações pelo telefone (55) 3333-9115 ou nos sites <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e <https://www.coronelbarros.rs.gov.br>, no link “Licitações – Pregão Eletrônico”.

Coronel Barros/RS, 24 de março de 2026.

BRÁULIO SCHERER

Prefeito

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



1. OBJETO.....	4
2. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS.	4
3. CREDENCIAMENTO	4
4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	8
7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.....	11
9. HABILITAÇÃO.....	12
9.14 HABILITAÇÃO JURÍDICA	13
9.15 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.....	14
9.16 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	14
9.17 HABILITAÇÃO TÉCNICA	14
10. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA	15
11. RECURSO	16
12. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	16
13. HOMOLOGAÇÃO.	17
14. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO	17
15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	17
16. PAGAMENTO	20
17. DISPOSIÇÕES GERAIS	21
ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	23
ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	24
ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA	34

PROTOCOLO	
Página	Rubrica

**EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 7/2026 – PROCESSO 408/2026**

O MUNICÍPIO DE CORONEL BARROS, através do Setor de Compras e Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar Federal nº 123/06, além das demais disposições legais aplicáveis, inclusive a regulamentação municipal e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente pregão o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR NOVAS PARA PNEUS, RODAS PARA CAMINHÕES, ANÉIS DE VEDAÇÃO E PROTETORES PARA PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Conforme as especificações contidas no edital e nos anexos, aos quais os interessados devem-se submeter sem quaisquer restrições.

1.2. A licitação ocorrerá na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, na **SEXTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2026, ÀS 09:00**.

1.3. A licitação será realizada por **ITENS**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, e o modo de disputa será **ABERTO**.

1.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, levando em conta as especificações do objeto conforme estabelecido neste Edital e seus Anexos, visando garantir o menor custo para a Administração, de acordo com o artigo 34 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Os itens com o valor total de **ATÉ 80 (OITENTA) MIL REAIS SERÃO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP**, conforme art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123, de 2006 e posteriores alterações.

2. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS.

2.1 Qualquer pessoa pode impugnar um edital de licitação caso identifique irregularidades na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos.

2.2 O pedido deve ser protocolado em até **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** antes da data de abertura da licitação, no campo designado disponível na Plataforma Portal de Compras Públicas, de acordo com o artigo 164 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será fornecida pelo Pregoeiro e divulgada no Portal de Compras Públicas **ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL** antes da abertura da licitação, conforme o parágrafo único do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 Quaisquer alterações no edital serão divulgadas da mesma maneira que a divulgação original e seguirão os mesmos prazos estabelecidos para os atos e procedimentos originais, exceto quando a modificação não afetar a elaboração das propostas, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1 Na elaboração da resposta, o Pregoeiro será auxiliado, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico

2.5 A impugnação realizada dentro do prazo pelo licitante não impedirá sua participação nesta licitação até a decisão final.

2.6 As impugnações e pedidos de esclarecimento apresentados fora do prazo serão recebidos apenas como uma manifestação do direito de petição.

3. CREDENCIAMENTO

3.1 Os interessados em participar desta licitação deverão dispor de cadastro junto ao Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



3.1.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou representante legal e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a esta licitação.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados, devendo proceder imediatamente à correção ou à alteração dos dados tão logo identifique incorreção ou esses dados se tornem desatualizados.

3.3 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo Pregoeiro, ou em caso de sua desconexão.

3.4 Todos os custos decorrentes do credenciamento no Portal de Compras Públicas e da elaboração e apresentação de propostas e documentos de habilitação serão de responsabilidade do licitante.

3.5 As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos as **MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**, e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas deverão **DECLARAR**, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o **TRATAMENTO DIFERENCIADO** estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14 ou da Lei Federal nº 11.488/07.

3.5.1 As licitantes que se declararem beneficiárias da Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Complementar Federal nº 147/14 e Lei Federal nº 11.488/07 e não comprovarem os requisitos legais para o enquadramento serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no Edital e legislação pertinente.

3.5.2 Poderá ser concedido tratamento diferenciado conforme Decreto Executivo nº 3.676 de 01/11/2024 e sua alteração Decreto Executivo nº 4.042 de 03/02/2026, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal.

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto, observadas as condições constantes do edital e seus anexos, e que estejam devidamente credenciadas no Portal de Compras Públicas.

4.2 Será vedada a participação de licitantes que:

a) não atendam as condições do edital e seus anexos;

b) não atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

c) estejam proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

d) se enquadram nas vedações previstas no artigo 9 e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

e) estejam sob processo de falência. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005;

f) sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



g) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

h) estejam constituídos sob a forma de consórcio.

4.3 Será vedada a participação de empresas em consórcio na licitação, com as seguintes justificativas:

a) A vedação quanto à participação de empresas em consórcio não limitará a competitividade da licitação;

b) A participação de empresas em consórcio somente é recomendável quando o objeto for “de alta complexidade ou de grande vulto econômico”, situações em que empresas isoladamente não teriam condições de atender aos requisitos de habilitação técnica ou de qualificação econômico-financeira.

4.4 Como condição de participação, o licitante, ao enviar proposta eletrônica, deverá preencher, em campo próprio do Portal de Compras Públicas, as seguintes declarações on-line:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

b) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;

d) que, para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos;

e) que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

f) que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991;

g) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.5 O licitante deverá assinalar “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do Portal de Compras Públicas, relativo à seguinte declaração on-line: que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida lei complementar.

a) Na licitação/item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, assinalar “NÃO” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

b) Na licitação/item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ao assinalar “NÃO”, o licitante ficará impedido de prosseguir no certame, em relação à licitação/item.

4.6 Declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

4.7 A participação na presente licitação implica aceitação plena das condições expressas neste edital e seus anexos.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



4.8 Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis, bem como os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional;

4.9 O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

4.10 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

4.11 A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e Termo de Referência, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

4.12 Os itens com o valor total de **ATÉ 80 (OITENTA) MIL REAIS SERÃO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP**, conforme art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123, de 2006 e posteriores alterações.

4.12.1 Será concedido **TRATAMENTO FAVORECIDO** para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 (Arts. 42 a 49 e posteriores alterações) e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6 Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances.

5.9 Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

5.10 Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



5.10.1 se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, e não puderem ser saneados, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado;

5.10.2 no caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

5.11 Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar a ARP no prazo fixado pela Administração (05 dias úteis contados da convocação para assinatura da Ata), ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

5.12 Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet terão sua validade verificada pelo pregoeiro no momento da habilitação, bem como poderá o Pregoeiro diligenciar quanto a documentos públicos que por equívoco foram anexados com data de vencimento expirada, quando necessário.

5.13 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo estipulado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

5.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

5.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.15 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.16 Nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A proposta eletrônica deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, de forma clara e detalhada, não sendo admitido propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

a) Indicar nome ou razão social da proponente e CNPJ, o número deste pregão, o endereço completo da proponente, telefone e endereço eletrônico, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência ou chave PIX onde deseja receber os seus créditos;

b) Ter **VALIDADE NÃO INFERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS CORRIDOS**, contados a partir da data de sua apresentação.

b1) As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 90 (noventa) dias.

c) Preço unitário e total proposto para o objeto ofertado, com até **2 (DUAS) CASAS DECIMAIS**, expresso em reais, junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, encargos de qualquer natureza).

d) Marca e fabricante para cada item ofertado, quando aplicável.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa conforme item 1.3, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, durante o prazo de 15 (quinze) minutos e, encerrado este, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.13 Encerrado o prazo do item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (e os autores de ofertas com valores até 10% superiores a esta) possam ofertar um lance final e fechado, em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.15 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



7.16 Na ausência de lance final e fechado, classificado nos termos dos itens anteriores, poderá o Pregoeiro proceder ao reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17 As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.21 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.22 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.22.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.22.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.23 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2 Empresas brasileiras;

7.23.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



7.24.2 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas e no prazo máximo estipulado pelo Pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.2 Caso não exista possibilidade de negociação, via manifestação formal no chat, pelo fornecedor melhor classificado, o prazo de negociação poderá ser reduzido.

7.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso do Pregoeiro no chat.

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estipulado pelo pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, caso esse entenda pela necessidade de concessão maior de prazo para envio dos documentos.

8.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



8.11 Como regra, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço estimado fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.12 Em casos excepcionais, **PODERÁ SER ACEITA UMA PROPOSTA OU LANCE VENCEDOR COM UM PREÇO FINAL SUPERIOR AO PREÇO ESTIMADO**, desde que devidamente justificado e após uma avaliação detalhada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.

9. HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas e ainda aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/certidoes/>).

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3.1 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, quando exigida no edital.

9.4.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.4.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



9.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.10 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.12 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar com prazo de validade em vigor. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 180 dias (cento e oitenta dias) contados a partir da data de expedição, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado(s) de Capacidade Técnica.

9.13 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.14 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.15 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

f) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

g) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.16.1 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.16 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.16.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

9.16.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

9.16.3 Para fins de habilitação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar cópia do Balanço Patrimonial dos últimos dois exercícios sociais, já exigível e apresentado na forma da lei, limitado às páginas que contenham as demonstrações do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, devidamente assinadas por contador habilitado e acompanhadas do respectivo registro no órgão competente. Não serão necessárias as demais demonstrações contábeis, sendo vedada a exigência de informações adicionais que não estejam diretamente relacionadas aos referidos elementos.

9.16.4 Conforme Art. 70, inc. II, da Lei 14.133/21, em referência ao balanço patrimonial, poderá ser apresentado certificado pelo Sistema de Avaliação da Capacidade Financeira (SisACF), <https://sisacf.sefaz.rs.gov.br/#/>.

9.17 HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Declaração de que o licitante possui capacidade técnica e operacional para fornecimento dos produtos especificados;

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



- b) Comprovação de fornecimentos anteriores de produtos similares, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando solicitado;
- c) Declaração de conformidade atestando que os produtos ofertados atendem às normas técnicas brasileiras aplicáveis e às exigências deste Termo de Referência;
- d) Certificação compulsória do INMETRO para todos os pneus e câmeras pneumáticas, comprovando conformidade com os requisitos de segurança e desempenho;
- e) Apresentação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), emitida pelo INMETRO, que ateste a eficiência energética do produto;
- f) Declaração de que todos os pneus a serem fornecidos possuem data de fabricação inferior a seis meses, contados da data de entrega.
- g) Declaração de Compromisso de Coleta e destinação adequada aos pneus inservíveis (logística reversa), autenticada em Cartório, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01/2010, no seu artigo 33, Inciso III, da Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, dos artigos 1 e 9º da Resolução CONAMA nº 416/2009 e da legislação correlata.
- h) Comprovação de que o produto ofertado tenha Selo de Eficiência Energética, segurança e ruído no Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO de acordo com a Portaria do Inmetro nº 544/2012.

9.18 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.19 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante que for declarado vencedor será transmitida por meio do sistema eletrônico dentro do prazo determinado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas a partir da solicitação, que poderá ser prorrogado ou reduzido a critério deste último. Além disso, a mesma deverá:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- c) Fornecer catálogo do produto ofertado, (se necessário / se solicitado pelo pregoeiro) onde possam ser comprovadas as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência. Na falta/omissão de alguma especificação poderá ser diligenciado pelo Pregoeiro.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



10.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. RECURSO

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2 O recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O recurso/contrarrazões será(ão) analisado(s) pelo Pregoeiro, o qual formalizará decisão administrativa.

11.4 Havendo dúvida quanto aos requisitos técnicos, e desde que motivado pelo Pregoeiro, poderá ser encaminhado ao setor requisitante para juntada de informações.

11.5 A decisão final do recurso/contrarrazões será formalizada pelo Pregoeiro.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.4 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica

**13. HOMOLOGAÇÃO.**

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Homologar a licitação.

13.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO

14.1 Após a homologação da licitação, será lavrada Ata de Registro de Preço, com vigência de 01 (um) ano, com o FORNECEDOR classificado em primeiro lugar, podendo ser prorrogada pelo mesmo período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14.2 O contrato decorrente da Ata terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nele contidas.

14.3 O Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho.

14.4 O licitante vencedor deverá assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, sob pena de aplicação das sanções pertinentes, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período.

14.5 Quando o licitante vencedor convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar a Ata de Registro de Preço ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preço, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.6 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Município, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, em atendimento ao disposto no art.117 da mesma lei.

14.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- a) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



d) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

e) Apresentar declaração ou documentação falsa;

f) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

15.2 A instauração do processo de apuração de responsabilidade em relação ao participante da disputa ou à contratada ficará sujeita à análise do servidor responsável pela condução da sessão ou à solicitação do fiscal/gestor do contrato, considerando-se as justificativas apresentadas, bem como da Administração.

15.3 Para as condutas dispostas no subitem 15.1, letras A, B, C e D, será aplicada a penalidade de Multa no montante de 0,5% do valor adjudicado da licitação (apenas para os itens da licitação ao quais o licitante participou). Quando o objeto não for adjudicado, será considerado o valor total estimado pela Administração para contratação.

15.4 Para as condutas dispostas no subitem 15.1 letras E, F, G, H e I a Multa no montante de 0,6% do valor adjudicado da licitação (apenas para os itens da licitação ao quais o licitante participou) deverá ser culminada com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 06 (seis) anos. Quando o objeto não for adjudicado, será considerado o valor total estimado pela Administração para contratação.

15.5 Além das infrações acima indicadas, a contratada será responsabilizada administrativamente quando cometer as seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato – Multa de 15% sobre o valor total inadimplido do empenho, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS, pelo prazo de 03 (três) anos.

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – Multa de 30% sobre o valor total inadimplido do empenho, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS, pelo prazo de 03 (três) anos.

c) dar causa à inexecução total do contrato – Multa de 5% sobre o valor total adjudicado no item inadimplido pelo licitante, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS, pelo prazo de 03 (três) anos.

d) ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado – Será aplicado a penalidade multa de 5% do valor total do empenho, acrescido de 2 % por dia útil de atraso, limitada a 05 (cinco) dias úteis (após os quais será considerado como inexecução contratual).

e) se negar, ou não assinar a ata, no prazo – Multa de 15 % sobre o valor total dos itens vencidos, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS, pelo prazo de 03 (três) anos.

15.6 Além das infrações acima indicadas, a contratada será responsabilizada administrativamente quando cometer as seguintes infrações:

a) se negar, ou não assinar a ata de registro de preço no prazo – Multa de 2,5 % sobre o valor total adjudicado pelo licitante no processo licitatório, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS, pelo prazo de 03 (três) anos.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



15.7 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da falta, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos dispostos no § 1º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.8 A contratada poderá ser advertida por escrito, sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para o serviço contratado.

15.9 Consideram-se comportamentos inidôneos, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP/MEI e equiparadas, além do conluio entre as participantes da disputa, em qualquer momento, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.10. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-H, 337-I, 337-J, 337-K e 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), com redação dada pela Lei nº 14.133/2021.

15.11 A aplicação de sanções previstas neste procedimento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

15.12 Os dados relativos às sanções aplicadas serão registrados no cadastro da participante ou contratada e, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de aplicação da sanção, conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, serão informados e atualizados junto ao sistema Banco de Sanções, da Controladoria-Geral da União – CGU, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

15.13 O valor correspondente à multa estimada poderá, no curso da contratação vigente, ser retido de forma cautelar junto aos créditos devidos à contratada, o qual se converterá em pagamento, ao final da tramitação do correlato processo administrativo, sem prejuízo de eventual devolução, em caso de afastamento da penalidade e/ou retenção de maior valor.

15.13.1 A eventual devolução dos valores retidos será realizada com a incidência de atualização monetária pelo IPCA/IBGE desde a data da retenção do valor até a data da sua efetiva devolução.

15.14 Se o valor da multa superar os créditos da contratada na contratação correspondente ao inadimplemento objeto da penalidade, poderão ser retidos outros créditos da contratada, decorrentes de contratações diversas firmadas com o contratante, ainda vigentes.

15.15 Em caso de rescisão, nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15.16 A personalidade jurídica da participante ou contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na contratação ou para provocar confusão patrimonial, e nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.17 Da decisão que aplicar à participante da disputa ou à contratada as penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação ou da publicação do ato no Diário Oficial Eletrônico de Coronel Barros, acessado no endereço: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/coronelbarros/boletim-oficial>.

15.18 Da decisão que aplicar à participante da disputa ou à contratada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, caberá apenas pedido de reconsideração dirigido ao Prefeito Municipal de Coronel Barros/RS, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação ou da publicação do ato no Diário Oficial Eletrônico de Coronel Barros.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



15.19 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.20 É admitida a reabilitação da participante da disputa ou da contratada exigindo-se, cumulativamente, o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso do impedimento de licitar ou contratar ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação previstas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia quanto ao cumprimento dos requisitos acima dispostos.

16. PAGAMENTO

16.1. Após o recebimento do objeto, o pagamento do objeto adquirido será realizado no prazo de até **20 (vinte) dias úteis** da liquidação da documentação.

a) A nota fiscal deverá trazer os seguintes dados cadastrais do Município de Coronel Barros:

Município de Coronel Barros

CNPJ: 94.721.388/0001-63

Inscrição Estadual: Isento

Endereço: Travessa 20 de Março, nº 001, Centro, Coronel Barros/RS – 98735-000

Nº do empenho

% e/ou valor do IR conforme IN 1234 da RFB

b) Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, obrigatoriamente, para o e-mail **notasfiscais@coronelbarros.rs.gov.br**.

c) O pagamento será realizado pelo Município de Coronel Barros mediante depósito bancário ou chave PIX em favor do adjudicatário, que indicará em formulário próprio o nome da instituição, a localidade, o código da agência bancária e o número da conta corrente para que seja realizada a operação.

c1) As informações referidas deverão ser encaminhadas à Tesouraria do Município de Coronel Barros, ficando o contratado obrigado a mantê-las atualizadas.

16.2 A presente contratação poderá ser objeto de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

16.2.1 O reajuste poderá ser aplicado anualmente, na proporção da variação do IPCA/IBGE, tomando-se como índice inicial o do mês correspondente ao imediatamente anterior ao da apresentação da proposta, ou outro índice a ser estabelecido pelo Governo Federal em legislação posterior aplicável à espécie.

16.2.2 A repactuação será aplicável a contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante a apresentação de planilha de custos atualizada e de nova convenção coletiva, podendo ser solicitada após decorrido 1 (um) ano da data da apresentação da proposta, ou da data-base da convenção/acordo coletivo de trabalho, o que ocorrer por último.

16.2.3 O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitado a qualquer tempo, mediante comprovação de eventos imprevisíveis que alterem o equilíbrio original do contrato.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica

**17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.8 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.8.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Município poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

17.10.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

17.10.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

17.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, no sítio eletrônico oficial do município www.coronelbarros.rs.gov.br/licitacao e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Compras e Licitações.

17.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços

Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo III – Termo de Referência

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



Coronel Barros, 24 de março de 2026.

FELIPE JAHN DO AMARAL
Procurador

BRÁULIO SCHERER
Prefeito

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO 7/2026 - PROCESSO 408/2026

LOCAL: MUNICÍPIO DE Coronel Barros/RS

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE(S)	
BANCO DA LICITANTE:	Nº DA AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:	

Lote	Item	Qtd.	Un.	Descrição	Marca/Modelo	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1						
VALOR TOTAL POR EXTENSO:							

A empresa DECLARA que:

1. Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
2. A validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias.
3. Cumprirá todos os prazos de acordo com o estabelecido no edital e seu Termo de Referência.
4. Não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS: Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

PREGÃO ELETRÔNICO 7/2026 - PROCESSO 408/2026

Aos ____ dias de ____ de 2026, o **MUNICÍPIO DE CORONEL BARROS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 94.721.388/0001-63, com sede na Travessa 20 de Março, nº 001, Centro, na cidade de Coronel Barros/RS, representada pelo Prefeito, Sr. **BRÁULIO SCHERER**, doravante denominado de ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua _____, Bairro _____, na cidade de _____, CEP: _____, Telefone: _____, E-mail: _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, legalmente representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS resolvem, com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAR A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO acima referenciado e PREÇOS REGISTRADOS das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceitas/negociadas no certame, conforme as Cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR NOVAS PARA PNEUS, RODAS PARA CAMINHÕES, ANÉIS DE VEDAÇÃO E PROTETORES PARA PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Em conformidade com as especificações contidas no Edital e seu Termo de Referência.

1.2 A GERENCIADORA DA ATA não se obriga a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇOS REGISTRADOS

2.2 Nos valores registrados, incluem-se todos e quaisquer materiais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

2.2 A empresa detentora da ata, terá os preços registrados da tabela abaixo, tendo sido o referido preço oferecido pela licitante cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar.

TABELA

CLÁUSULA TERCEIRA – ENTREGA DO OBJETO

3.1 Os itens serão adquiridos conforme a necessidade do órgão gerenciador, mediante emissão de Nota de Empenho devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

3.2 Os itens deverão ser adquiridos a partir da assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

3.3 A não entrega do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Edital do Pregão, e ainda conforme rege o Art. 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.4 O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante solicitação formal emitida pelo setor competente.

3.5 A contratada deverá realizar a entrega dos materiais no local indicado pela Administração Municipal, respeitando os prazos de entrega em até 10 (dias) dias corridos após o envio do empenho em horário de expediente, devendo comunicar-se previamente com o fiscal da ata de registro de preços e/ou contrato, para que esse acompanhe a entrega dos produtos.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



3.6 A entrega será realizada nas dependências do Almoarifado Central da Prefeitura Municipal de Coronel Barros, situado na Rua José Roberto Vogt, nº 86, Centro, Coronel Barros/RS, no horário das 8h às 12h e das 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.

3.7 O transporte, descarregamento, seguro e demais encargos até o local de entrega serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem qualquer ônus adicional à Administração Pública.

3.8 Os produtos deverão estar devidamente embalados, identificados e em perfeitas condições de uso.

3.9 Recebimento e critérios de aceitação do objeto

3.9.1 Os bens objeto deste Termo de Referência serão recebidos:

I - Provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta.

II - Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 02 (dois) dias do recebimento provisório.

III - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

IV - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas constantes neste documento, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA

4.1 Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social.

4.2 A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3 A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico supracitado, terá seu extrato publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no sítio oficial desta Municipalidade.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento das faturas à licitante vencedora será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal referente ao objeto da presente ata, que será conferida e atestada por responsável da Administração, acompanhado das autorizações formais emitidas, devidamente assinada por servidor identificado e autorizado para tal, desde que, no ato do recebimento sejam atendidas todas as especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

5.2 O prazo para a efetivação do pagamento observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos referente ao objeto e será de até **20 (vinte) dias úteis** após a emissão da Nota Fiscal, acompanhada da(s) respectiva(s) autorizações formais e demais documentação necessária, de acordo com o Termo de Referência, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Detentora da Ata, conforme preconiza o Art. 141, da Lei Geral n.º 14.133/2021.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 6.2 Após o intervalo de um ano os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.
- 6.9 Esta cláusula se restringe a contratação com fornecimento de mercadorias ou produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 7.1 O presente contrato poderá ter seus preços revistos para mais ou para menos (Art. 134 da Lei 14.133/2021), a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em decorrência de:
- I - Fato imprevisível: Ocorrência de evento futuro e incerto, cujos efeitos não podiam ser razoavelmente previstos ou controlados pelas partes quando da assinatura do contrato, como calamidades públicas, alterações abruptas da legislação ou de políticas econômicas.
- II - Força maior: Acontecimento imprevisível, cujos efeitos não podiam ser evitados ou impedidos pelas partes, como guerras, revoluções, terremotos, etc;
- III - Caso fortuito: Acontecimento imprevisível, cujos efeitos não podiam ser evitados ou impedidos pelas partes, como greves, desabastecimento de produtos essenciais, etc;
- IV - Fato da Administração: Ato ou fato praticado pela Administração Pública que altere as condições contratuais originais;
- V - Fato do príncipe: Nesse sentido, a Lei dispõe que os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais após a data da apresentação da proposta, ou a superveniência de disposições legais com comprovada repercussão sobre os preços contratados;
- VI - Variação de preços de mercado: Alteração significativa nos preços dos insumos ou serviços relacionados ao objeto do contrato, que não possa ser atribuída à culpa da contratada.
- 7.2 O pedido de reequilíbrio deverá ser formalizado pela contratada, por meio de processo administrativo específico, com a apresentação de justificativas detalhadas e documentação comprobatória do evento e seus impactos financeiros no contrato.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



7.3 A Administração Pública analisará o pedido e, verificada a ocorrência do desequilíbrio, poderá conceder o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante a atualização dos preços contratuais ou a adoção de outras medidas necessárias para restabelecer o equilíbrio.

7.4 O reequilíbrio deverá ser formalizado por meio de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

8.2 Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro desta Ata, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

8.3 O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

8.4 Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.4.1 Os fornecedores que não aceitarem readequar seus valores propostos aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.5 Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.6 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.7 O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar aumentar o valor registrado na hipótese deste se tornar inferior àqueles praticados no mercado;

d) Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

8.8 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor;

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, são obrigações:

9.1 Da Fornecedora/Beneficiária:

- a) Executar com pontualidade o objeto contratado conforme solicitação/requisição emitida pelo Município, devidamente assinada por servidor competente para tal;
- b) Comunicar imediatamente e por escrito aos fiscais técnicos e administrativos deste procedimento administrativo, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor, objeto da presente Ata;
- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- e) Comunicar a esta Administração qualquer modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata;
- f) Cumprir todas as obrigações de execução dos serviços/fornecimento dos produtos descritas no Termo de Referência, que passa a fazer parte desta Ata de Registro de Preço;

9.1.1 Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedora.

9.1.2 Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

9.2. Do Órgão Gerenciador:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Gerenciar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- d) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- h) Emitir requisição interna.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



10.2. Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- f) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;
- g) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;
- h) Caso não seja assinada a Ata de Registro de Preço no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ser aceito ou não pela Administração;
- i) A Licitante que convocada para assinar o documento deixar de fazê-lo no prazo fixado acima será excluída;

10.3 Pela Detentora quando:

- a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- b) A solicitação da Detentora para cancelamento do desconto registrado deverá ocorrer antes do pedido de execução dos serviços/ entrega dos produtos por esta Municipalidade;
- c) A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.
- d) Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à DETENTORA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.
- d1) Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

10.4 A comunicação do cancelamento do desconto registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

10.4.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas, quando da ocorrência das infrações constantes do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas à contratada as sanções indicadas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se o procedimento indicado no mesmo artigo e seguintes (arts.156 a 163, todos da Lei nº 14.133/2021).

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



- a) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Não assinar a ata de registro de preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa;
- f) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2 A instauração do processo de apuração de responsabilidade em relação ao participante da disputa ou à contratada ficará sujeita à análise do servidor responsável pela condução da sessão ou à solicitação do fiscal/gestor do contrato, considerando-se as justificativas apresentadas, bem como da Administração.

11.3 Para as condutas dispostas no subitem 11.1, letras A, B, C e D, será aplicada a penalidade de Multa no montante de 0,5% do valor adjudicado da licitação (apenas para os itens da licitação aos quais o licitante participou). Quando o objeto não for adjudicado, será considerado o valor total estimado pela Administração para contratação.

11.4 Para as condutas dispostas no subitem 11.1 letras E, F, G, H e I a Multa no montante de 0,6% do valor adjudicado da licitação (apenas para os itens da licitação aos quais o licitante participou) deverá ser culminada com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 06 (seis) anos. Quando o objeto não for adjudicado, será considerado o valor total estimado pela Administração para contratação.

11.5 Além das infrações acima indicadas, a contratada será responsabilizada administrativamente quando cometer as seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços – Multa de 15% sobre o valor total inadimplido do empenho, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS, pelo prazo de 03 (três) anos.
- b) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – Multa de 30% sobre o valor total inadimplido do empenho, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS, pelo prazo de 03 (três) anos.
- c) dar causa à inexecução total da ata de registro de preços – Multa de 5% sobre o valor total adjudicado no item inadimplido pelo licitante, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS, pelo prazo de 03 (três) anos.
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado – Será aplicado a penalidade multa de 5% do valor total do empenho, acrescido de 2 % por dia útil de atraso, limitada a 05 (cinco) dias úteis (após os quais será considerado como inexecução contratual).
- e) se negar, ou não assinar a ata de registro de preços, no prazo – Multa de 15 % sobre o valor total dos itens vencidos, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS, pelo prazo de 03 (três) anos.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



11.6 Além das infrações acima indicadas, a contratada será responsabilizada administrativamente quando cometer as seguintes infrações:

a) se negar, ou não assinar a ata de registro de preços no prazo – Multa de 2,5 % sobre o valor total adjudicado pelo licitante no processo licitatório, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS, pelo prazo de 03 (três) anos.

11.7 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da falta, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos dispostos no § 1º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

11.8 A contratada poderá ser advertida por escrito, sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para o serviço contratado.

11.9 Consideram-se comportamentos inidôneos, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP/MEI e equiparadas, além do conluio entre as participantes da disputa, em qualquer momento, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.10. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-H, 337-I, 337-J, 337-K e 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), com redação dada pela Lei nº 14.133/2021.

11.11 A aplicação de sanções previstas neste procedimento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

11.12 Os dados relativos às sanções aplicadas serão registrados no cadastro da participante ou contratada e, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de aplicação da sanção, conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, serão informados e atualizados junto ao sistema Banco de Sanções, da Controladoria-Geral da União – CGU, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.13 O valor correspondente à multa estimada poderá, no curso da contratação vigente, ser retido de forma cautelar junto aos créditos devidos à contratada, o qual se converterá em pagamento, ao final da tramitação do correlato processo administrativo, sem prejuízo de eventual devolução, em caso de afastamento da penalidade e/ou retenção de maior valor.

11.13.1 A eventual devolução dos valores retidos será realizada com a incidência de atualização monetária pelo IPCA/IBGE desde a data da retenção do valor até a data da sua efetiva devolução.

11.14 Se o valor da multa superar os créditos da contratada na contratação correspondente ao inadimplemento objeto da penalidade, poderão ser retidos outros créditos da contratada, decorrentes de contratações diversas firmadas com o contratante, ainda vigentes.

11.15 Em caso de rescisão, nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11.16 A personalidade jurídica da participante ou contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na contratação ou para provocar confusão patrimonial, e nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.17 Da decisão que aplicar à participante da disputa ou à contratada as penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com o Município de Coronel Barros/RS caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação ou da publicação do ato no Diário Oficial Eletrônico de Coronel Barros, acessado no endereço: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/coronelbarros/boletim-oficial>.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



11.18 Da decisão que aplicar à participante da disputa ou à contratada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, caberá apenas pedido de reconsideração dirigido ao Prefeito de Coronel Barros/RS, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação ou da publicação do ato no Diário Oficial Eletrônico de Coronel Barros.

11.19 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.20 É admitida a reabilitação da participante da disputa ou da contratada exigindo-se, cumulativamente, o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso do impedimento de licitar ou contratar ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação previstas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia quanto ao cumprimento dos requisitos acima dispostos.

PARÁGRAFO ÚNICO: O processo sancionatório será formalizado e acompanhado conforme estipulações e demais disposições constantes da Lei nº14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GERENCIAMENTO E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1 O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será o Município de Coronel Barros/RS.

12.2 São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

- a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
- b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.
- g) Fiscalizar o bom atendimento do objeto contratado através de Servidor designado para tal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignada no Orçamento desta Municipalidade, podendo haver apostilamentos justificáveis das mesmas.

13.2 Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Eletrônico do qual ela se originou.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



MUNICÍPIO DE

Coronel Barros

Pregão Eletrônico 7/2026 - Processo 408/2026

Abertura na Sexta-Feira, 10 de abril de 2026, às 09:00

13.3 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.4 Justos e acordados firmam o presente, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Coronel Barros/RS, __ de _____ de 2026.

Nome do Fornecedor
CNPJ N.º...
Nome do Representante da Contratada
Sócio-Proprietário
CPF n.º...
Contratada

MUNICÍPIO DE CORONEL BARROS
CNPJ nº 94.721.388/0001-63
Bráulio Scherer
Prefeito
CPF nº...
Contratante

PROTOCOLO	
Página	Rubrica

**ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**

SECRETARIA REQUISITANTE: Todas as Secretarias do Município de Coronel Barros RS.
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) 1.147.231,74

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos, câmaras de ar novas para pneus, rodas para caminhões, anéis de vedação e protetores para pneus, destinados à manutenção da frota de veículos da Prefeitura, visando atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais, conforme especificações, condições e quantidades estimadas estabelecidas neste documento.

1.2. A contratação visa garantir condições adequadas de uso e segurança dos veículos oficiais, assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, como transporte escolar, transporte de pacientes, patrulha agrícola, execução de obras, entre outros e reduzir custos operacionais decorrentes do desgaste natural dos pneus atualmente em utilização.

1.3. Os materiais deverão ser novos, de primeira linha, não remoldados, não recauchutados e não reconicionados, atendendo às normas técnicas vigentes e compatíveis com os veículos pertencentes à frota municipal.

1.4. Especificações técnicas e padrões de qualidade

1.4.1. Todos os produtos fornecidos deverão atender rigorosamente aos seguintes requisitos técnicos e normativos:

a) Certificação e conformidade técnica: Todos os pneus e câmaras pneumáticas devem possuir selo de conformidade do INMETRO, conforme disposto na Portaria nº 544/2012 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), em vigor.

b) Eficiência energética: Os pneus deverão apresentar Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), de acordo com o Programa Brasileiro de Etiquetagem, atestando desempenho em critérios de segurança, economia de combustível e aderência.

c) Condições de fabricação e segurança: Os produtos devem ser novos, sem uso, de primeiro emprego, livres de defeitos, deformações, emendas ou reparos;

d) Da data de fabricação: Fabricação recente, não superior a 6 (seis) meses da data de entrega;

e) Da garantia: Garantia mínima de 3 (três) anos contra defeitos de fabricação, contados a partir da data do recebimento definitivo;

f) Das câmaras: As câmaras de ar deverão ser compatíveis com as medidas dos pneus correspondentes, fabricadas em borracha butílica de alta resistência, com válvulas padronizadas e de acordo com as normas técnicas da ABNT.

g) Padrões de desempenho e durabilidade: Os pneus deverão atender aos índices mínimos de carga, velocidade e estrutura (lonas) descritos nas especificações dos itens constantes na tabela 1 deste termo de referência, observando-se as normas da ABNT NBR 5580 (Pneus de veículos automotores), NBR ISO 4000, NBR ISO 10191 (Ensaio de pneus) e demais NBRs aplicáveis.

h) Embalagem e entrega: Os itens deverão ser entregues em condições adequadas de transporte, embalados de forma a preservar sua integridade física, acompanhados de nota fiscal contendo a data de fabricação e identificação do lote.

1.5. Quantidades e valores máximos admitidos para aquisição:

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



Lote	Cód.	Item	Especificação	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	29393	1	PNEU 215.50-R17 91V T RADIAL, TUBELESS (TL), ARO 17", PERFIL (altura do solo) 50mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE MÍNIMO W (240 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 91 (615 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 73 dB, CONSUMO CLASSE "E", TREADWEAR 300, ADERÊNCIA CLASSE "C", PROFUNDIDADE DOS SULCOS 7,1mm, PESO 10 KG, DESENHO ASSIMÉTRICO; TIPO DE TERRENO HT TECNOLOGIA DE DESGASTE UNIFORME DAS BANDAS DE RODAGEM, INDICADORES DE RESSULCAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) MÁXIMA DE 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA; SELO DO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	8	546,90	4.375,20
1	34412	2	PNEU 225.70-R16 RADIAL, TUBELESS (TL), ARO 16", PERFIL (altura do solo) 70 mm, COM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE MÍNIMO H (210 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 107 (975 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 72 dB, CONSUMO CLASSE "E", TREADWEAR 420, ADERÊNCIA CLASSE "C", PROFUNDIDADE DOS SULCOS 8,9 mm, PESO 12,10 kg, DESENHO ASSIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, TECNOLOGIA DE DESGASTE UNIFORME DAS BANDAS DE RODAGEM, INDICADORES DE RESSULCAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) MÁXIMA DE 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA; SELO DO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	16	1.049,90	16.798,40
1	37716	3	PNEU BORRACHUDO 295.80 - R22,5 RADIAL, PESO MÍNIMO 70 kg, NO MÍNIMO 16 LONAS, EIXO DA TRAÇÃO, USO MISTO/ TERRA E ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO DE 148 (3150 kg) PARA MONTAGEM SIMPLES E ÍNDICE DE CARGA MÍNIMO DE 152 (3550 kg) PARA MONTAGEM DUPLA, ÍNDICE DE VELOCIDADE MÁXIMO K (110 km/h), PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE NO MÍNIMO 26,2 MM, TECNOLOGIA PARA DESGASTE UNIFORME DAS BANDAS DE RODAGEM, INDICADORES DE RESSULCAGEM, CARÇAÇA DE AÇO EM FORMATO ELÍPTICO (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), DOT (data de fabricação) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO DO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	60	2.395,47	143.728,20
1	28866	4	PNEU 195.65-R15 91 V RADIAL, TUBELESS (TL), PERFIL (altura do solo) 65 mm, ÍNDICE DE VELOCIDADE H (210 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 91 (615 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 73 dB, CONSUMO CLASSE "C", PROFUNDIDADE DOS SULCOS 7,2 mm, PESO 8 kg, DESENHO ASSIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 06 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA; SELO DO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	24	498,00	11.952,00
1	36110	5	PNEU 215/65 R-16, RADIAL, PERFIL (altura do solo), SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE H (210 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 102 (850 kg),	UN	8	724,90	5.799,20

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



			ÍNDICE DE RUÍDO 72 dB, CONSUMO CLASSE "B", TREADWEAR 340, ADERÊNCIA CLASSE "A", PROFUNDIDADE DOS SULCOS 9,5 mm, PESO 11 kg, DESENHO ASSIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 06 (SEIS) MESES DA DATA DE ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.				
1	10877	6	PNEU LISO 215.75 - R17,5 M 126/124, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, TUBELESS, EIXO DIANTEIRO, PERFIL (altura do solo) 75 mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE K (110 KM/H), ÍNDICE DE PESO/CARGA 126 (1700 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 70 dB, CONSUMO CLASSE "E", ADERÊNCIA CLASSE "D", TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 13 mm, PESO 26 kg, TERRENO REGIONAL TECNOLOGIA PARA DESGASTE UNIFORME DAS BANDAS DE RODAGEM, INDICADORES DE RESSULCAGEM, CARÇAÇA DE AÇO EM FORMATO ELÍPTICO (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	12	1.260,15	15.121,80
1	10876	7	PNEU BORRACHUDO 215.75 - R17,5 L 126/124, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, PERFIL (altura solo) 75 mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE K (110 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 126 (1700kg), ÍNDICE DE RUÍDO 73 dB, CONSUMO CLASSE "E", ADERÊNCIA CLASSE "D", TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 14 mm, PESO 28 kg, TIPO DE TERRENO REGIONAL TECNOLOGIA PARA DESGASTE UNIFORME DAS BANDAS DE RODAGEM, INDICADORES DE RESSULCAGEM, CARÇAÇA DE AÇO EM FORMATO ELÍPTICO (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	12	1.769,02	21.228,24
1	22923	8	PNEU 9.00-20 LISO EIXO DIRECIONAL, CONVENCIONAL capacidade aproximada de carga 2300/2500, velocidade classe j aproximadamente 100 km/h, profundidade mínima dos sulcos de 12 mm, capacidade mínima 14 lonas (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531) DOT (data de fabricação) não superior a 6 meses no momento da entrega, selo do INMETRO, garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 3 anos.	UN	16	1.470,60	23.529,60
1	33659	9	PNEU 9.00-20 BORRACHUDO CONVENCIONAL, PERFIL (altura solo) 100 mm, ÍNDICE DE VELOCIDADE J (100 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 140 (2500 kg), TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 20 mm, NO MÍNIMO 14 LONAS, PESO 35 kg, TIPO DE TERRENO MISTO (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531) DOT (data de	UN	12	1.985,49	23.825,88

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



			fabricação) não superior a 6 meses no momento da entrega, selo do INMETRO, garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 3 anos.				
1	22891	10	PNEU LISO 750. 16 - LISO DIAGONAL EIXO DIRECIONAL, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE L (120 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 122 (1205 kg), ADERÊNCIA CLASSE "D", PROFUNDIDADE DOS SULCOS 11 mm, NO MÍNIMOS 10 LONAS, PESO 16 KG, DESENHO SIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO MISTO (DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 6087, 6088 E NBR 5531) - DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	12	901,10	10.813,20
1	22890	11	PNEU BORRACHUDO 750.16 – EIXO DA TRACÇÃO, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE L (120 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 122 (1205 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 72 dB, ADERÊNCIA CLASSE "D", TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 15 mm, NO MÍNIMO 10 LONAS, PESO 26 kg, DESENHO SIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO MISTO (DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 6087, 6088 E NBR 5531)- DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	12	929,90	11.158,80
1	10353	12	PNEU BORRACHUDO 10.00-R20 RADIAL, EIXO DA TRACÇÃO, PERFIL (altura solo) 100 mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE L (120 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 146 (3000 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 70 dB, ADERÊNCIA CLASSE "B", PROFUNDIDADE DOS SULCOS 11 mm, NO MÍNIMO 16 LONAS, PESO 48 kg, DESENHO SIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO MISTO (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), SELO INMETRO, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	40	2.890,50	115.620,00
1	33822	13	PNEU RADIAL 265.70R16, PERFIL (altura solo) 70 mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE T (190 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 112 (1120 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 73 dB, CONSUMO CLASSE "C", TREADWEAR 520, ADERÊNCIA CLASSE "C", PROFUNDIDADE DOS SULCOS 11 mm, PESO 16 kg, DESENHO SIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 06 (SEIS) MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	16	958,83	15.341,28
1	34592	14	PNEU 215/65 R-16 C, RADIAL, PERFIL (altura solo) 65 mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE T (190 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 109 (1030 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 77 dB, CONSUMO CLASSE "C", ADERÊNCIA CLASSE "A", NO MÍNIMO 6 LONAS, PESO 14 kg, DESENHO SIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO MISTO FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 06 (SEIS) MESES MO MOMENTO DA	UN	8	887,95	7.103,60

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



			ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.				
1	23094	15	PNEU 195.60-R15, PERFIL (altura solo) 60 mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE V (240 km/h), ÍNDICE DE PEDO/CARGA 88 (560 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 70 dB, CONSUMO CLASSE "E", TREADWEAR 340, ADERÊNCIA CLASSE "C", TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 7 mm, PESO 7 kg, DESENHO ASSIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA; SELO DO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	12	528,90	6.346,80
1	33211	16	PNEU 215.75-R16 T RADIAL, PERFIL (altura solo) 75 mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE R (170 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 116 (1250 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 72 dB, CONSUMO CLASSE "B", ADERÊNCIA CLASSE "B", NO MÍNIMO 10 LONAS, PESO 15 kg, DESENHO ASSIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA; SELO DO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	24	1.255,46	30.131,04
1	32579	17	PNEU 185/60R15 RADIAL, PERFIL (altura solo) 60 mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE H (210 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 88 (560 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 70 dB, CONSUMO CLASSE "C", TREADWEAR 340, ADERÊNCIA CLASSE "C", PROFUNDIDADE DOS SULCOS 7 mm, PESO 7 kg, DESENHO ASSIMÉTRICO HT, APROVADO PELAS NORMAS NBR 5531:1990, NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001, COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	8	482,00	3.856,00
1	35829	18	PNEU 215/45R18 – RADIAL, PERFIL (altura solo) 45 mm, COM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE V (240 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 93 (650 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 70 dB, CONSUMO CLASSE "C", TREADWEAR 300, ADERÊNCIA CLASSE "B", PROFUNDIDADE DOS SULCOS 8 mm, PESO 9,94 kg, DESENHO ASSIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, APROVADO PELAS NORMAS NBR 5531:1990, NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001, COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	8	762,57	6.100,56
1	35714	19	PNEU 195/60 R16, RADIAL, PERFIL (altura solo) 60 mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE H (210 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 89 (580 kg), ÍNDICE DE RUÍDO 68 dB, CONSUMO CLASSE "B", TREADWEAR 340, ADERÊNCIA CLASSE "C", PROFUNDIDADE DOS SULCOS 7 mm, PESO 9,15 kg, DESENHO ASSIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, APROVADO PELAS NORMAS NBR 5531:1990, NBR NM 250:2001 E NBR NM 251:2001, COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO,	UN	8	649,00	5.192,00

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



			GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.				
1	35843	20	PNEU 225/65R17, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PERFIL (altura solo), COM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE H (210 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 102 (850 kg), ÍNDICE DE RUÍDO MÁX. 72 dB, CONSUMO MÁX. CLASSE "E", TREADWEAR 680, ADERÊNCIA CLASSE "C", TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 10 mm, PESO 12,4 kg, DESENHO SIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	8	1.061,08	8.488,64
1	35828	21	PNEU 195/55R16 (RADIAL), COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PERFIL (altura solo) 55 mm, SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE V (240 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 91 (615 kg), ÍNDICE DE RUÍDO MÁX. 71 dB, CONSUMO MÁX. CLASSE "C", TREADWEAR 300, ADERÊNCIA CLASSE "C", TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 7,2 mm, PESO 7,85 kg, DESENHO ASSIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT. DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 06 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	8	567,01	4.536,08
1	33944	22	PNEU 265.60-R18, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PERFIL (altura solo) 60 mm, SEM PORTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE T (190 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 110 (1060 kg), ÍNDICE DE RUÍDO MÁX. 72 dB, CONSUMO MÁX. CLASSE "B", TREADWEAR 360, ADERÊNCIA CLASSE "E", TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PESO 16,8 kg, DESENHO SIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	8	928,51	7.428,08
1	35053	23	PNEU 205.60-R16, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PERFIL (altura solo) 60 mm, COM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE V (240 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 104 (900 kg), ÍNDICE DE RUÍDO MÁX. 72 dB, CONSUMO MÁX. CLASSE "B", TREADWEAR 480, ADERÊNCIA CLASSE "A", TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PESO 12,5 kg, DESENHO ASSIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO HT, DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	20	595,79	11.915,80
1	35845	24	PNEU 900-16, DIANTEIRO, PARA TRATOR AGRÍCOLA, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE PESO/CARGA A8 (1250 kg), TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 10,4 mm, QUANTIDADE MÍNIMA DE 10 LONAS, PESO 23 kg. COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA	UN	4	790,00	3.160,00

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



			ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.				
1	10884	25	PNEU AGRICOLA TRASEIRO 18.4 - 34, R1, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE PESO/CARGA A8 (3375 kg), TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 40 mm, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 12, PESO 122 kg, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, SELO INMETRO, GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UN	8	6.666,22	53.329,76
1	12857	26	PNEU AGRICOLA 14.9-24 PARA EIXO DIRECIONAL DIANTEIRO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: A6 (2220 kg), TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 38 mm, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 12, PESO 70,5 kg, COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	4	3.530,00	14.120,00
1	17960	27	PNEU 12.5/80-R18, DESENHO R4, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE PESO/CARGA 135 (2180 kg), TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 26 mm, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 10, PESO 43,99 kg, DESENHO SIMÉTRICO, TIPO DE TERRENO OTR, COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	4	2.446,76	9.787,04
1	35854	28	PNEU TRASEIRO 16.9-28, DESENHO R4, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE PESO/CARGA A8 (3450 kg), TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 26,8 mm, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 12, PESO 83 kg, TIPO DE TERRENO OTR, COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	4	4.348,57	17.394,28
1	37711	29	PNEU AGRICOLA 7.00-16, USO MILITAR L3, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE PESO/CARGA 1335 kg, TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 12, PESO 16 kg, COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	8	941,82	7.534,56
1	5340	30	PNEU AGRICOLA 5.60-15, USO MILITAR L3, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SEM PROTETOR DE BORDA, ÍNDICE DE VELOCIDADE P (150 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 79 (440 kg), TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 4, PESO 6,35 kg, DESENHO SIMÉTRICO, COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	6	299,00	1.794,00
1	35855	31	PNEU AGRICOLA 7.50-16, TRIRAIADO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE	UN	10	634,85	6.348,50

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



			PESO/CARGA, TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 12, PESO 12 kg, DESENHO SIMÉTRICO, COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.				
1	17953	32	PNEU AGRÍCOLA 11L 15, L1, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE PESO/CARGA 1450 kg, TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 12, PESO 15 KG, DESENHO SIMÉTRICO, COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	4	743,99	2.975,96
1	36082	33	PNEU 14.9.26, DIANTEIRO, PARA TRATOR AGRÍCOLA, TT (com câmara de ar) TUBETYPE, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE VELOCIDADE A6 (30 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 2130 kg, TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 12, PESO 74 kg, DESENHO SIMÉTRICO, COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	2	3.948,30	7.896,60
1	36083	34	PNEU AGRÍCOLA 23.1.30 R1, TT (com câmara de ar), COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE VELOCIDADE A8 (40 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 155 (3875 kg), TIPO DE CONSTRUÇÃO DIAGONAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 43 mm, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 12, PESO 156 KG, DESENHO SIMÉTRICO, COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	2	8.146,25	16.292,50
1	10888	35	PNEU 17.5 - R25 BORRACHUDO, SEM CÂMARA DE AR, COM ANEL DE VEDAÇÃO EM BORRACHA (OR 35), COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE VELOCIDADE A8 (40 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 4250 kg, TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS, 25,4 mm, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 16, DESENHO SIMÉTRICO, PN12 TL G2/L2 AUTOLIMPEZA, ALTA RESISTENCIA AO CORTE E ÓTIMA TRAÇÃO, TIPO DE TERRENO OTR, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	36	6.990,00	251.640,00
1	35896	36	PNEU 23.1-26 R3, TRASEIRO, PARA ROLOS COMPACTADORES, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE PESO/CARGA 174 (6700 kg), TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 14, PESO 179 kg, DESENHO SIMÉTRICO, ALTA RESISTÊNCIA AO CORTE E ÓTIMA TRAÇÃO, COM DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, SELO INMETRO,	UN	8	8.608,08	68.864,64

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



			GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.				
1	22715	37	PNEU BORRACHUDO 14.00-24 G2/L2 - TUBELESS, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE VELOCIDADE A8 - (40 km/h), ÍNDICE DE PESO/CARGA 3200 kg, TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL, PROFUNDIDADE DOS SULCOS 25,4 mm, QUANTIDADE DE LONAS NO MÍNIMO 16, PESO 99 kg, DESENHO SIMÉTRICO, TIPO DE TERRRENO HT, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA, GARANTIA MÍNIMA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE 3 ANOS.	UN	24	3.971,67	95.320,08
1	5553	38	CÂMARA DE AR P/PNEU 9.00-20, BICO DE METAL (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS OCASIONADOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.	UN	56	125,55	7.030,80
1	18222	39	CÂMARA DE AR P/PNEU 9.00-16, VÁLVULA DE BORRACHA MODELO TR 15, GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS OCASIONADOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.	UN	8	107,00	856,00
1	36078	40	CÂMARA DE AR P/PNEU 14.9-24, VÁLVULA DE BORRACHA MODELO TR 218A, (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS OCASIONADOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.	UN	8	311,15	2.489,20
1	8134	41	CÂMARA DE AR P/PNEU AGRÍCOLA 18.4-34 (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS OCASIONADOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.	UN	16	372,98	5.967,68
1	36079	42	CÂMARA DE AR P/PNEU 6.00-16 (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS OCASIONADOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.	UN	16	87,64	1.402,24
1	36080	43	CÂMARA DE AR P/PNEU 5.60-15 (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088	UN	12	49,28	591,36

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



			e NBR 5531), GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS OCASIONADOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.				
1	5560	44	CÂMARA DE AR P/PNEU 7.50-16 - VENTIL RETO (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS OCASIONADOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.	UN	20	72,08	1.441,60
1	36081	45	CÂMARA DE AR P/PNEU 11L15 (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS OCASIONADOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.	UN	8	109,16	873,28
1	36092	46	CÂMARA DE AR P/PNEU 14.9-26 (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS OCASIONADOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.	UN	4	269,33	1.077,32
1	33667	47	RODA DE AÇO 22,5 (PARA PNEU 275/80R22,5) SEM CÂMARA DE AR, TALA 7,25 mm, 14 mm DE ESPESSURA, SELO INMETRO, FURAÇÃO 10 FUROS	UN	50	507,59	25.379,50
1	30583	48	ANEL DE VEDAÇÃO OR 25 (PARA PNEU 17.5R25)	UN	50	62,24	3.112,00
1	9478	49	PROTETOR DE PNEU 900.20 (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531)	UN	60	44,55	2.673,00
1	9479	50	PROTETOR DE PNEU 1000.20 (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR, REFORÇO APRIMORADO NA REGIÃO DA VÁLVULA, PROTEÇÃO CONTRA RESSECAMENTO DAS BORDAS, ADAPTÁVEL A QUALQUER MARCA DE PNEU, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.	UN	100	44,55	4.455,00
1	36093	51	CÂMARA DE AR P/PNEU 23.1.30 (deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 6087, 6088 e NBR 5531), GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE REPOSIÇÃO DO CONJUNTO RODANTE EM CASO DE DANOS OCASIONADOS, DOT (DATA DE FABRICAÇÃO) DE NO MÁXIMO 6 MESES, ALTA	UN	4	670,53	2.682,12

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



			RESISTÊNCIA AO CALOR, CERTIFICAÇÃO INMETRO E ISO 9001.				
1	37710	52	PNEU 255.50 R20 109 Y, RADIAL, PESO 14.45 KG, COM PROTETOR DE BORDAS, DESENHO ASSIMÉTRICO, ÍNDICE DE VELOCIDADE Y (300 KM/H), ÍNDICE DE CARGA 109 (1.030 KG), RUÍDO EXTERNO 73DB, EFICIÊNCIA DE COMBUSTÍVEL CASSE C, ADERÊNCIA EM PISO MOLHADO CLASSE A, TEMPERATURA A, DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA; SELO DO INMETRO, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 ANOS.	UN	8	2.544,04	20.352,32
TOTAL: 1.147.231,74							

Tabela 01

1.6. As quantidades constantes no quadro acima são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.

1.7. Despesas inclusas: No preço proposto deverão estar incluídos os tributos, os fretes, as tarifas e os demais encargos necessários à execução o objeto.

1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de garantir a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, assegurando condições adequadas de funcionamento, segurança e continuidade na prestação dos serviços públicos.

2.2. Os veículos da frota municipal são utilizados no atendimento de diversas atividades administrativas e operacionais, tais como transporte de servidores, manutenção de vias públicas, serviços de saúde, educação, assistência social, agricultura e obras públicas.

2.3. Dessa forma, o fornecimento de pneus e acessórios é essencial para manter os veículos em condições adequadas de uso, evitando paralisações de serviços públicos e reduzindo riscos de acidentes.

2.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever com exatidão o quantitativo a ser utilizado durante o período de vigência da ata, permitindo a contratação conforme a necessidade da Administração.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de pneus novos, câmaras de ar, rodas para caminhões, anéis de vedação e protetores, mediante Sistema de Registro de Preços, conforme demanda das Secretarias Municipais.

3.2. Os materiais deverão atender às especificações técnicas exigidas pelos fabricantes dos veículos da frota municipal, às normas do INMETRO e normas da ABNT, quando aplicáveis.

3.3. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de ordem de fornecimento/empenho, durante a vigência da ata de registro de preços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Fornecer produtos novos, de primeiro uso;

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



- b) Os pneus deverão possuir certificação do INMETRO, conforme legislação vigente;
- c) Os produtos não poderão ser recauchutados, remoldados ou recondicionados;
- d) Garantia mínima contra defeitos de fabricação;
- e) Cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos pela Administração;
- f) Substituição de produtos que apresentarem defeitos ou inconformidades;
- g) Cumprimento das normas ambientais e de descarte adequado quando aplicáveis;
- h) Regularidade fiscal, trabalhista e jurídica conforme legislação vigente.
- i) A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.
- j) A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
- k) Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- l) Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, gramatura, fabricante, prazo de validade e procedência, vinculam a Contratada.

4.2. Qualificação técnica:

- a) Declaração de que o licitante possui capacidade técnica e operacional para fornecimento dos produtos especificados;
- b) Comprovação de fornecimentos anteriores de produtos similares, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando solicitado;
- c) Declaração de conformidade atestando que os produtos ofertados atendem às normas técnicas brasileiras aplicáveis e às exigências deste Termo de Referência;
- d) Certificação compulsória do INMETRO para todos os pneus e câmeras pneumáticas, comprovando conformidade com os requisitos de segurança e desempenho;
- e) Apresentação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), emitida pelo INMETRO, que ateste a eficiência energética do produto;
- f) Declaração de que todos os pneus a serem fornecidos possuem data de fabricação inferior a seis meses, contados da data de entrega.
- g) Declaração de Compromisso de Coleta e destinação adequada aos pneus inservíveis (logística reversa), autenticada em Cartório, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01/2010, no seu artigo 33, Inciso III, da Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, dos artigos 1 e 9º da Resolução CONAMA nº 416/2009 e da legislação correlata.
- h) Comprovação de que o produto ofertado tenha Selo de Eficiência Energética, segurança e ruído no Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO de acordo com a Portaria do Inmetro nº 544/2012.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante solicitação formal emitida pelo setor competente.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



5.2. A contratada deverá realizar a entrega dos materiais no local indicado pela Administração Municipal, respeitando os prazos de entrega em até 10 (dias) dias corridos após o envio do empenho em horário de expediente, devendo comunicar-se previamente com o fiscal da ata de registro de preços e/ou contrato, para que esse acompanhe a entrega dos produtos.

5.3. A entrega será realizada nas dependências do Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Coronel Barros, situado na Rua José Roberto Vogt, nº 86, Centro, Coronel Barros/RS, no horário das 8h às 12h e das 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.

5.4. O transporte, descarregamento, seguro e demais encargos até o local de entrega serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem qualquer ônus adicional à Administração Pública.

5.5. Os produtos deverão estar devidamente embalados, identificados e em perfeitas condições de uso.

5.6. Recebimento e critérios de aceitação do objeto

5.6.1 Os bens objeto deste Termo de Referência serão recebidos:

I - Provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta.

II - Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 02 (dois) dias do recebimento provisório.

III - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

IV - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas constantes neste documento, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços e eventuais contratos decorrentes serão realizadas por servidor ou comissão designada pela Administração Municipal.

6.2. Compete ao gestor e ao fiscal do contrato:

- a) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada;
- b) verificar a conformidade dos materiais entregues;
- c) registrar ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- d) solicitar a substituição de materiais em desacordo com as especificações;
- e) atestar as notas fiscais para fins de pagamento.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A medição será realizada com base na quantidade efetivamente entregue e aceita pela Administração.

7.2. O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando o recebimento dos materiais em conformidade com as especificações estabelecidas.

7.3. O prazo de pagamento será conforme estabelecido pela Administração Municipal, após a liquidação da despesa e observadas as condições previstas no edital.

PROTOCOLO	
Página	Rubrica



7.4. O Contratado deverá emitir os documentos fiscais, em valores unitário e total, com os seguintes dados:

- a) Dados do Contratante será informado na respectiva Ordem de Compra e os dados bancários do contratado constará na Nota Fiscal dos produtos.
- b) O pagamento será efetuado por meio de Pagamento Eletrônico emitida por processamento eletrônico, a crédito do Contratado, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento e atesto dos produtos, com base no Documento Auxiliar de Nota Fiscal devidamente conferida e atestada pela comissão responsável pelo recebimento.
- c) As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas a empresa para as devidas correções e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo Contratante.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

8.2. O critério de julgamento será o menor preço por item, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.3. As empresas participantes deverão comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e demais requisitos previstos no edital.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Estima-se para a aquisição almejada, o valor total de R\$ 1.147.231,74 (um milhão cento e quarenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos).

9.2. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, conforme pesquisa de preço nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias Municipais solicitantes, previstas no orçamento vigente.

10.2. Por tratar-se de Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária será exigida apenas no momento da formalização dos contratos ou da emissão das notas de empenho correspondentes às aquisições efetivamente realizadas.

Coronel Barros, 24 de março de 2025.

Lilian de Lima Rauzer Franco
Coordenadora do Setor de Compras
Matrícula: 9636

PROTOCOLO	
Página	Rubrica